

## **Análise do fenômeno da dêixis em discurso oral contextualizado em reunião da Assembléia Legislativa de Minas Gerais**

Dara Raquel de Freitas Folly<sup>1</sup>

**RESUMO:** O presente artigo analisa a dêixis em um discurso proferido na Assembléia Legislativa de Minas Gerais. Para tanto, faz uma revisão das últimas pesquisas linguísticas, estabelecendo pontos passivos e problemáticos. Em seguida, apresenta o corpus de pesquisa e uma análise dos dados, concluindo que, em ocorrências da linguagem cotidiana, não se deve analisar a dêixis sob um viés objetivista, com rígidos critérios de classificação, mas com flexibilidade e dinamismo, próprios do ser humano em suas interações.

**PALAVRAS-CHAVE:** Dêixis; Pragmática; Semântica; Referenciação; Linguística.

**ABSTRACT:** This article examines the deixis as instantiated in a speech at a meeting of the Legislative Assembly of Minas Gerais. To accomplish all this, we make a review of recent linguistic research, establishing the passive and problematic points. It then presents the corpus of research and analyzes the data collected. We conclude that, in instances of everyday language, we should not analyze the deixis in an objectivist bias, with strict criteria for classification, but with flexibility and dynamism of human beings themselves in their interactions.

**KEY-WORDS:** Deixis; Pragmatic; Semantic; Referenciation; Linguistic.

### **INTRODUÇÃO**

Em anos recentes (em especial, nas três últimas décadas) os estudos linguísticos têm se voltado para a cena comunicativa ou o contexto de uso da linguagem como o lugar de onde emergem os fatores determinantes do comportamento linguístico. Fatores sociais, interacionais e até biológicos dos elementos de uma cena comunicativa têm sido divididos hoje pelas várias abordagens linguísticas como subjacentes à linguagem e norteadoras de seu uso nas várias modalidades em que se apresenta.

Por muitos anos, entretanto, este cenário esteve distante das pesquisas, caracterizando o que Goffman (2002a, p.13) sentenciou como a “*situação negligenciada*”. Não é de estranhar, portanto, que fenômenos como a cadeia de referenciação em um discurso, os elementos indiciais que o ligam ao contexto, ou as questões relacionadas à intencionalidade da fala, com suas implicações óbvias para o entendimento da linguagem, não tenham sido ainda profundamente dissecadas pelos holofotes da Linguística.

Neste trabalho, desejamos contribuir, ainda que modestamente, para a análise elucidativa de um dos fenômenos mais comuns no uso da linguagem humana – a dêixis. Para

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de Juiz de Fora.; [dara-raquel@hotmail.com](mailto:dara-raquel@hotmail.com)

levar a efeito nosso objetivo, procuraremos, primeiramente, obter uma visão geral do fenômeno, conforme tem sido estudado pelos pesquisadores da linguagem, apontando não somente as áreas em que há consenso geral, mas também direcionando alguns questionamentos a outros aspectos menos esclarecidos. A seguir, faremos rápida apresentação do corpus que utilizamos para esta pesquisa e, posteriormente, apresentaremos uma análise de dados. Finalmente, chegaremos a concluir que uma adequada abordagem do fenômeno dêixis não pode ser levada a efeito pelo viés objetivista, rigidamente classificatório, tradicional, mas que, assim como a interação entre os seres humanos é dinâmica e flexível, a linguagem, instrumento maior dessa interação, com todos os elementos que a instanciam, também o será.

### **1- A Dêixis**

Um dos campos nos estudos linguísticos onde o contraste entre uma visão tradicionalmente objetivista e uma visão experimentalista se evidencia é a dêixis. Por ser um fenômeno característico do entrelaçamento entre a linguagem e o contexto, têm-se atribuído sua abordagem ao escopo da pragmática - embora possa haver discordância quanto a isso e uma tentativa clássica de atribuí-la ao âmbito da semântica.

Dêixis, do trago “apontar”, “indicar”, é a palavra que indica o processo pelo qual certas expressões linguísticas remetem (“apontam”) ao contexto de uso da linguagem e somente em referência a ele constroem o seu significado. Expressões dêíticas prototípicas incluem os pronomes demonstrativos, os pronomes pessoais de primeira e segunda pessoa, certos advérbios de tempo e lugar como "agora" e "aqui", os tempos verbais e alguns tipos de verbos como "vir", "ir", "levar", "trazer", "ir buscar" (MARMORIDOU, 2000, p.65). Essas expressões, também chamadas de *indiciais* sinalizam para elementos do contexto em relação a certos aspectos – as pessoas do discurso, o tempo, o lugar, a posição social desses participantes no evento de fala e também a organização do próprio discurso. Como há falta de teorias e esquemas de análise adequados para descrever a dêixis, as categorias propostas são provisórias (LEVINSON, 2007). Dessa forma, temos uma divisão da dêixis como dêixis pessoal, de tempo, de lugar, dêixis social e de discurso ou textual. Apesar de haver mais de uma proposta classificatória (algumas incluindo a dêixis de empatia, a dêixis perceptual, a dêixis *delivery*, por exemplo), estas categorias são as mais comumente citadas, com alguma proeminência para as três primeiras.

A despeito de não haver ainda uma análise mais aprofundada sobre a dêixis, especificamente no que se refere à distinção entre esse fenômeno e alguns outros – como a anáfora, por exemplo – alguma tentativa já tem sido feita para descrever o uso de expressões

dêiticas e suas implicações no estudo do significado. Principalmente, já se tem demonstrado a incapacidade da semântica vericondicional para dar conta do fenômeno dêítico. Como diz Levinson (1983, p.66), a análise dêítica deve habitar, pelo menos, a linha fronteira entre os campos da semântica e da pragmática; já que, embora relacionando a estrutura das línguas com o contexto em que elas são usadas – objeto de estudo pragmático – *“as muitas facetas da dêixis são tão difundidas nas línguas naturais e tão profundamente gramaticalizadas, que é difícil pensar nelas como outra coisa que não uma parte essencial da semântica.”* Têm-se, assim uma tensão quando se trata de delimitar o campo de estudos que deveria se ocupar da dêixis.

Outro aspecto já abordado nas mais recentes pesquisas linguísticas é a impossibilidade do objetivismo clássico de explicar a variação ou heterogeneidade nas ocorrências da categoria dêítica. Sobre isso, o trabalho de Marmoridou (2000) é incisivo. Ela argumenta cuidadosamente no sentido de ancorar a dêixis às origens da linguagem na experiência corporal do ser humano com o seu ambiente. E não poderia ser diferente, já que a linguagem humana se baseia sinestesticamente na interação homem/natureza e tem, desde a origem, sua razão de ser na relação interpessoal, a interação face a face. Assim, encontramos, subjacentes às estruturas externas que configuram ocorrências dêíticas, correspondentes estruturas internas que os estudiosos têm pesquisado e nomeado como Modelos Cognitivos Idealizados (MCI), Esquemas Imagéticos, Espaços Mentais, e efeitos de Prototipia; tanto que a categoria dêítica pode ser vista como uma categoria radial com vários níveis ou graus de filiação e de representação.

O estudo do uso de expressões dêíticas, portanto, não é isento de problemas. Sendo a interação humana tão complexa e rica, ela é eivada de intencionalidade, emoção e expressão que transparece na linguagem, através das escolhas lexicais do falante. Este, no uso da palavra, estabelece o caráter egocêntrico das manifestações dêíticas, posto que é o centro da cena comunicativa, para onde convergem todas as linhas do plano contextual. Sendo assim qualquer referência ao contexto estabelecido pela linguagem, quer se relacione às pessoas do discurso, a suas posições sociais relativas, a circunstâncias de tempo e de lugar ou à própria organização discursiva, passará, necessariamente pelo Centro Dêítico – o falante. Vale observar que, sendo a conversação face a face organizada em turnos alternados de fala, o Centro Dêítico mudará de pessoa para pessoa segundo a tomada (e retomada) da palavra. Assim, os dois principais participantes da cena discursiva, falante e ouvinte, cada um por sua vez, no desenrolar do discurso, concentrará sobre si as luzes do *setting*, enquanto estiver incumbido do ato da fala.

Por ser o falante figura tão central ao contexto comunicativo, entende-se a relativa dificuldade de se dissociar a dêixis de pessoa da dêixis social. O enfoque de uma necessariamente agregará elementos da outra. Se a dêixis social refere-se à codificação linguística das diferentes posições sociais dos participantes da cena discursiva, não se pode abordar as codificações linguísticas referentes às pessoas no contexto da enunciação (dêixis de pessoa) sem uma atenção às relações entre elas (dêixis social). E ainda, as expressões indiciais que remetem aos participantes do evento de fala poderão se misturar com o fenômeno da referenciação toda vez que o referente for uma pessoa da cena comunicativa.<sup>2</sup> Esta dificuldade de distinção entre dêixis de pessoa e anáfora já tem motivado algumas tentativas de diferenciação entre as duas. Marmoridou (Idem) propõe que, no momento em que o referente é colocado no discurso, há uma acumulação dos fenômenos referência e dêixis, mas que a ocorrência da anáfora – correferenciação – é um fenômeno distinto.

Da mesma forma, entrelaçam-se as coordenadas de tempo e de lugar. As referências temporais, no contexto de uso da linguagem farão uso das expressões locativas (este, esta, aquela, próximo) e as referências feitas ao espaço, ao lugar onde se dá a interação, estarão necessariamente ancoradas numa coordenada temporal relativa ao momento da enunciação – o Tempo de Codificação, TC (que pode ser diverso do Tempo da Recepção, TR).

Marmoridou (idem) propõe ainda outra conjunção envolvendo o fenômeno dêitico: a dêixis de discurso se entrelaçará com a anáfora – e, portanto, com a dêixis de pessoa e social – e trabalhará com as coordenadas de tempo e lugar, já que o discurso é um processo que se desenvolve no tempo e pode ser visto, pelo menos na forma escrita, como um elemento que ocupa um lugar no espaço.

Algumas outras especificidades também se interporão no estudo da dêixis. As pistas contextuais dêiticas em cada língua dependerão de um *background* cultural que subjaz ao código. Portanto, a maneira como as pessoas entendem a passagem do tempo, por exemplo, norteará as diferentes instanciações temporais no código linguístico. Por outro lado, as referências espaciais a elementos no contexto da enunciação, as pistas que apontam para as relações sociais de respeito ou de afinidades e a própria cadeia coesiva da estrutura discursiva também serão baseadas num conhecimento do mundo e da cultura compartilhado por falante e ouvinte. É óbvio que as escolhas linguísticas do falante se constroem na pressuposição da

---

<sup>2</sup> Já a dêixis social não se confunde com a sociolinguística porque, enquanto aquela se interessa pela gramaticalização da informação social, a sociolinguística se interessa por questões de uso linguístico. LEVINSON, (1983) 2007.

capacidade do ouvinte para interpretá-las, conhecedores que são do mesmo código e do cenário sociocultural que subjaz ao evento comunicativo.

Percebemos, portanto, que as dificuldades da tarefa de categorizar e delimitar as ocorrências do fenômeno dêixis não devem ser subestimadas. Podemos concluir que uma teoria estanque e taxativa não se adequa ao objeto desse estudo, mas uma abordagem experiencialista das ocorrências linguísticas de expressões indiciais deve primar pela flexibilidade. É o que ficará comprovado em nossa pesquisa.

A análise dos dados retirados de uma peça discursiva autêntica em um contexto de oralidade, ainda que institucionalmente formal, demonstrará que, na cena comunicativa, as fronteiras são difusas. Uma mesma expressão poderá ser diferentemente categorizada ou concentrar sobre si mais de uma classificação, dependendo do ponto de vista do observador. Nesse contexto, veremos a dêixis como o fenômeno linguístico que atua como um liame, um elo que liga discurso e contexto, linguagem e elementos da cena comunicativa, tornando a língua viva, eficiente e útil naquilo a que se propõe: o relacionamento entre os seres humanos.

## **2- Apresentando o corpus de pesquisa**

As peças discursivas de que nos utilizamos nessa pesquisa foram selecionadas de uma sessão ocorrida na Assembléia Legislativa de Minas Gerais, transmitida pela TV Assembléia e publicada no diário oficial do estado (MINAS GERAIS, 28/06/11)<sup>3</sup>. Trata-se dos pronunciamentos dos Deputados Sra. Maria Tereza Lara e Sr. Rogério Correia (este, em aparte concedido pela ocupante da tribuna). São, como tal, ocorrências ilustrativas de realização oral da língua em contexto institucional e formal, o que não desmerece o objetivo do presente estudo; apenas o instancia em um contexto específico, com características próprias. Da forma como é disponibilizado ao público leitor do “Minas Gerais”, os discursos proferidos na sessão são transcritos na íntegra. Eles se realizam na variante padrão da língua e caracterizam-se por um nível alto de formalidade na interação entre os participantes da cena comunicativa, como convém ao contexto institucional onde ocorrem. Têm, ainda, um caráter polêmico, reivindicatório e questionador, como é típico da variante discursiva política, com forte estrutura argumentativa. A sessão completa consta ainda de mais três pronunciamentos, realizados por outros participantes, deputados presentes à reunião. Para efeito do nosso estudo, porém, decidimos ater-nos apenas ao primeiro pronunciamento, o da deputada Maria Tereza Lara, que encadeia uma mudança de turno com o Deputado Rogério Correia, como é

---

<sup>3</sup> Vide transcrição anexada ao corpo do trabalho.

de praxe em sessões desse tipo – um aparte concedido pela oradora – que retoma a palavra, a seguir, para concluir sua fala.

Por último, ressalta-se a presença de um público composto pelos pares de legislatura, alguns dos quais são, por vezes, referenciados no pronunciamento sob análise, constituindo assim, participantes ratificados do evento de fala (Conforme GOFFMAN, 2002b, p.116-8).

A escolha desta espécie de amostragem linguística foi motivada pela nossa facilidade de acesso ao material em questão, o qual instância uma realização linguística o mais característica possível do que Goffman (2002a, p.18) denomina “*encontro*” ou “*comprometimento de face*”, numa dada “*situação social*”; ou seja, em um dado contexto, é uma realização oral da linguagem, o que era exatamente o nosso objetivo de abordagem (ainda que seja um material não tratado foneticamente de acordo com as regras próprias para transcrição de textos orais).

Encetemos, portanto, a análise.

### 3- Análise da amostra

Iniciemos pela intrincada rede de usos dêiticos de pessoa e social. Pelos motivos já expostos, observaremos os aspectos pessoais e sociais do uso de expressões dêiticas sem dissociá-los.

Em virtude da organização própria do gênero discurso político, que pressupõe um bloco coeso de fala bem próxima de um monólogo, percebemos pouca variação referencial nas expressões que indicam a pessoa do falante, ou seja, ao usar termos dêiticos para autorreferência, em todo o primeiro bloco do discurso, o referente é um só, a Deputada Maria Tereza, conforme indicado na rubrica que antecede a transcrição. Ainda que seja assim, observa-se que, para referir-se a si mesma, a falante usa, na maioria das vezes, o pronome plural, o que denota um recurso estilístico próprio do contexto, ditado pela ética, mas também uma forma de demonstrar a identidade de grupo, ou seja, posicionar-se como participante de um grupo político de orientações semelhantes, com algum nível de comprometimento entre si. Veja-se isso em 1-4 abaixo

- 1) ...muitos fatos, de que **temos** participado...
- 2) Lá **contamos** com a presença...
- 3) ...com a ajuda desta casa, **avancamos** nas negociações...
- 4) ...**precisamos** lutar nesta Casa pela ampliação da democracia direta...

Menos ocorrências tem, na fala da Sra. Maria Tereza, o pronome singular de primeira pessoa ou as flexões verbais que o indicam, usado para marcar a identidade pessoal da oradora, como se segue, em 5-8:

- 5) **Quero**, assim, cumprimentá-lo...
- 6) Já **me** fizeram hoje a seguinte pergunta...
- 7) **Respondi**-lhes que **minha** posição...
- 8) ...mas **eu** e o deputado Durval...

Quando a palavra está com o deputado Rogério Correia, essa praxe se repete. Em ambos os turnos percebem-se alguns momentos em que o uso da expressão dêitica de primeira pessoa quer ressaltar alguma ação ou valor pessoal (mesmo que, em nome do grupo) de quem fala, como é o caso em 09-12:<sup>4</sup>

- 9) (R.C) ...**estou** esperando que se inclua na pauta requerimento que **apresentei**, em nome do Bloco...
- 10) (R.C)...**quero** fazer coro com suas palavras...
- 11) (M.T.) Muito **obrigada**, deputado Rogério Correia...
- 12) (M.T.) **Respondi**-lhes que **minha** posição é a mesma do Bloco Minas Gerais sem Censura...

Esse fato aponta para a intencionalidade do falante, que é uma pista linguística importante para o entendimento da proposição. Quando a intenção do falante é corporativa, a pista dêitica usada é o pronome plural, quando a intenção é destacar-se do grupo, individualmente, usa-se o singular.

Observa-se ainda, bastante saliente no contexto, a indexação dêitica das relações sociais: nota-se, como praxe em todos os pronunciamentos (mas não nos apartes) a fórmula introdutória do discurso, socialmente imposta (o que se depreende de sua repetição), que consta de um endereçamento da palavra às autoridades presentes, por ordem de importância em relação aos cargos que exercem: o Presidente da Assembléia Legislativa, o Líder do Bloco Minas Sem Censura e todos os demais membros do corpo legislativo estadual. Os títulos dos cargos que os participantes da cena exercem comparecem a todo instante na fala de qualquer um que ocupe a tribuna e também os pronomes de tratamento adequados a altas autoridades, especialmente nos vocativos apelativos:

- 13) (M.T.) Quero dizer, **deputado João Leite**, que **V. Ex<sup>a</sup>** teve uma atitude democrática...

Como particularidade da estrutura da Língua Portuguesa, os pronomes de tratamento fazem concordância com a terceira pessoa do plural, ainda que se dirijam ao interlocutor (a segunda pessoa), como no exemplo acima (V.Ex<sup>a</sup> *teve*). O tratamento de respeito é

<sup>4</sup> A partir daqui, usaremos as iniciais do nome para indicar quem é o falante: (M.T) para Maria Tereza e (R.C.) para Rogério Correia.

especificidade exclusiva das formalidades exigidas pelo contexto em questão. Ainda que possa haver conversação paralela informal entre os participantes da reunião, quem ocupa a tribuna assume a postura formal que se requer no contexto, não podendo dirigir-se aos companheiros a não ser pelo título honorífico que lhe cabe. No exemplo a seguir, uma longa predicação é acrescida ao título “deputado”, em uma referência de terceira pessoa:

- 14) (M.T.)... quero dizer que o deputado Durval Angelo, **nosso companheiro do Bloco Minas sem Censura, que preside a Comissão de Direitos Humanos**...

Parece acertado dizer que a repetição dessas longas expressões predicativas referenciadoras é outro recurso para reforçar a importância das relações sociais no contexto, assim como a referência através da citação de nomes próprios completos, o que não aconteceria em uma conversação informal:

- 15) (M.T.) Muito obrigada, **deputado Rogério Correia, Líder do nosso Bloco Minas sem Censura**.

As referências dêiticas de lugar também estão relacionadas à formalidade da situação discursiva, notadamente quando se referem metonimicamente à sede da Assembléia Legislativa pela instituição que ela representa, através da expressão “esta casa”. Esse tipo de referência também é classificado dentro da dêixis de discurso, já que o uso do demonstrativo faz referência ao substantivo que acompanha, dentro da cadeia coesiva textual (catáfora):

- 16) (M.T.)... com a ajuda **desta casa**, avançamos nas negociações...

No entanto, a adequada identificação da referência locativa só tem sentido como pista contextual – razão pela qual a ocorrência deve ser caracterizada como dêitica. Semelhantemente, temos a referência feita ao país que, no contexto é o Brasil, e ao estado de Minas Gerais:

- 17) (M.T.) Só contribuiremos para que a verdadeira política – com “P” maiusculo – possa ser efetivamente praticada **neste país**, se acreditarmos nela.
- 18) (M.T.) Sem isso, é a ditadura, o que nunca mais queremos que haja no País nem muito menos **neste Estado**.

Diferem dessa ancoragem no contexto os seguintes casos de referenciação textual:

Nominalização:

- 19) (R. C.)... prefiro acreditar que o Prof. Anastasia se sensiilizará e passará a ter um diálogo real, e não diálogo televisivo, em que se tenta promover a desmoralização da luta desses servidores. **Isso** não!

- 20) (M. T.)... em Juiz de Fora eles estiveram pedindo apoio e manifestando essa reivindicação justa e legítima, portanto esperamos que **essa situação** seja resolvida em poucos dias...
- 21) (M. T.) ...o nosso Bloco Minas sem Censura permanentemente tem apoiado os movimentos sociais, e **esse** é o nosso papel...

Anáfora:

- 22) (M.T.)...faremos o lançamento da Frente Pró-Metrô BH (...) O deputado Fred Costa tomou a iniciativa **dessa frente**...

Dentro da flexibilidade advogada no início deste trabalho, seria possível classificar esses fenômenos de referenciação também como dêiticos textuais, já que fazem referência remissiva a partes do discurso desenrolado no tempo e no espaço, portanto, ao contexto discursivo.

Outras referências, como as exemplificadas abaixo são ainda ancoradas no contexto discursivo: “aquela região”; “lá”, além de fazerem remissão anafórica do referente “Juiz de Fora”, realizam-se no contexto em oposição a “aqui” (referindo-se à localidade onde se passa a reunião, a cidade de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais):

- 23) (R.C.) Estão **aqui** vários companheiros da Funed...

Da mesma forma, entende-se o uso do verbo dêitico “ir”:

- 24) (M. T.) A nossa Comissão de Segurança Pública **foi** a Juiz de Fora...”

A expressão locativa “aqui” ainda é usada para referir, mais amplamente, ao estado de Minas Gerais, ou, metaforicamente, ao lugar/instituição “Assembléia Legislativa” (talvez, simultaneamente uma referência dêitica ao lugar e à instituição):

- 25) (R.C.) Em Minas Gerais, vivemos uma situação que o Bloco Minas sem Censura tem denunciado (...). Portanto exerce-se **aqui** uma espécie de blindagem ou mesmo de censura...
- 26) (R.C.) **Aqui** mesmo, na Assembléia Legislativa...

A mesma expressão torna-se referência dêitica de tempo em:

- 27) (R.C.) ...**daqui** a pouco, a partir das 14h30min, terá início mais uma assembléia dos servidores públicos que estão em greve...

A dêixis de tempo é ainda instanciada através de várias outras referências no corpus, desde as expressões como os advérbios de tempo até os tempos verbais:

- 28) (M.T.) Além disso, **hoje, pela manhã, houve** reunião...
- 29) (M.T.) **Na ocasião, afirmamos** ...
- 30) (R.C.) **Até hoje**, por exemplo, **estou esperando**...

- 31) (R.C.) Também a área da Saúde se **coloca, agora** em greve...  
 32) (R.C.)...também **está paralisada desde maio**...  
 33) (M.T.) **Amanhã daremos**...  
 34) (M.T.) **...brevemente teremos** a ampliação do metrô...

No entanto, é bom diferenciar o uso de “agora” em referência ao momento exato da fala de outro uso em referência a um período mais amplo, estendendo-se para antes ou depois do TC. O segundo caso é o que ocorre na amostra analisada, como se segue:

- 35) (R.C.) Também a área da Saúde se coloca **agora** em greve...  
 36) (R.C.) **Até agora** foi muito ruim a atitude...

Em (35) a palavra se refere a um tempo no passado, que poderia ser glosado como “*recentemente*”. Em (36) o termo se refere a um período de tempo que se inicia antes do TC e se estende até o TC.

Temos também uma referência ao próprio momento da enunciação codificada no tempo verbal presente em:

- 37) (M.T.) **Convidamos** todos os deputados e todos os que nos **assistem** pela TV Assembléia...

Observa-se, no entanto, que todos os tempos referenciados nas diversas falas são bem próximos do TC, já que é característico desse contexto político o debate de problemas que estejam ocorrendo num tempo e lugar compartilhado pelos participantes da situação comunicativa, como em:

- 38) (R.C.)...**há alguns dias**, recebemos denúncia...  
 39) (M.T.) Aliás, já me **fizeram hoje** a seguinte pergunta: “Qual é a sua posição?”.

Há que se notar a pequena ocorrência de tempos verbais puramente linguísticos (Tempos L) como referido por Levinson (2007, p.94), do qual é exemplo:

- 40) (M.T.) **Há** muitos políticos, muitos parlamentares, honestos e dedicados.  
 41) (M.T.)... os assessores desta casa **são** assessores, técnicos, consultores de alto nível...

Essa também é uma característica do contexto de enunciação que requer palavras voltadas à ação – referências a fatos e eventos que se desenrolam no tempo - e não meras proposições conceituais, que têm caráter atemporal.

Finalmente, vejamos alguns outros exemplos sobre a dêixis textual, conforme instanciada no corpus analisado. Há várias expressões dêiticas que servem à organização do discurso no contexto de enunciação;

- 28)-(M.T.) **Além disso**, hoje, pela manhã, houve reunião...  
 42) (M.T.) **Mais uma vez**, quero dizer...

- 43) (M.T.) Na verdade, conquistamos todos os direitos...  
 44) (R.C.) A mesma coisa digo em relação à área da saúde...  
 45) (M.T.)...antes de encerrar, gostaria de dizer...

mas, segundo a classificação de Levinson (idem, p.106) apenas (39) é típico da dêixis textual, por fazer referência metalinguística a uma parte do discurso – a pergunta que se segue:

39-(M.T.) Aliás, já me fizeram hoje a seguinte pergunta: “Qual é a sua posição?”.

Há, porém, em (17), repetido abaixo, para maior clareza, uma ambiguidade entre o referente textual (a palavra política) ou contextual (a instituição social Política), ainda que metafórica e metonimicamente falando:

- 17) (M.T.) Só contribuiremos para que a verdadeira política – com “P” maiusculo – possa ser efetivamente praticada neste país, se acreditarmos nela.

Observe-se que, se adotarmos uma classificação mais ampla de dêixis textual englobaremos nessa classificação vários termos como os relacionados abaixo (conjunções, marcadores discursivos), que geram *implicatura convencional* (conforme LEVINSON, 2007, p.108)

- 46) (M.T.) Quero também registrar...  
 47) (M.T.) ...o trabalho da imprensa séria, que narra os fatos, é fundamental, mas é imprescindível que haja liberdade de expressão.  
 48) (R.C.) Ora, o Supremo julgou e deu a palavra final...  
 49) (R.C.) Afinal de contas, em vez de investir 12% na saúde...  
 50) (M.T.) Então, devo dizer que precisamos lutar...

Ressaltem-se, por fim, exemplos do que Lions – citado por Levinson (IDEM, p.107) – chama *dêixis textual impura*

- 51) (M.T.)...como se todo político fosse corrupto e toda a sua atividade fosse espaço de corrupção. Isso não é verdade...

e *pronome de preguiça*:

- 52) (R.C.) Se foi útil e correto negociar com a segurança pública, porque não o seria com o sistema educacional?

Por conta dessa dificuldade de delimitação entre fenômenos próximos como dêixis textual e referência é que Marmoridou (2000) propõe que a categoria dêitica seja considerada radial, com efeito de prototipia e graus diversos de filiação. Sendo assim, (39) seria melhor exemplo de dêixis discursiva do que os demais aqui citados e sentenças como (51) e (52) seriam elementos periféricos, ainda que pertencentes à categoria.

## CONCLUSÃO

Do aqui exposto, comprova-se o que afirmamos no início desta análise, que a descrição e classificação do uso de expressões dêiticas deve ser encarada de maneira mais flexível do que propõe a teoria clássica, dicotômica. Um exame mais atento ao uso dos dêiticos em contexto real de realização da língua comprova a incapacidade da visão objetivista, monolítica e estanque do fenômeno.

Por conta de fatores variáveis como a intencionalidade do falante – que é o centro dêítico – ou o background, o conhecimento compartilhado entre os participantes da cena do encontro, a capacidade do ouvinte para interpretar adequadamente as pistas inferenciais fornecidas no ato de fala, ou ainda fatores como a semelhança de fenômenos linguísticos ligados à referenciação (textual ou contextual), um estudo objetivista da dêixis não explica certas desanalogias ou ocorrências limítrofes, como exposto aqui. Há, portanto, necessidade de outros estudos que esclareçam melhor áreas ainda mal exploradas deste e de outros fenômenos da língua em uso. É mister que essas pesquisas possam superar a visão rigidamente taxonômica tradicional em prol de uma expansão do conhecimento da imensa capacidade do ser humano para realizar a linguagem em seu ambiente como instrumento de comunicação com seus semelhantes, marca incontestável de sua humanidade.

### Bibliografia:

GOFFMAN, Erving. **A situação negligenciada**. In RIBEIRO, Branca Telles & GARCEZ, Pedro M. (org). **Sociolinguística interacional**. 2 ed. Edições Loyola, São Paulo: 2002a.

\_\_\_\_\_. **Footing**. In RIBEIRO, Branca Telles & GARCEZ, Pedro M. (org). **Sociolinguística interacional**. 2 ed. Edições Loyola, São Paulo: 2002b.

GOODWIN & DURANTI. Rethinking context: an introduction . In **Rethinking context – Language as an interactive phenomenon**. Cambridge: Cambridge Univ.Press., 1992.

GUMPERZ, J. Convenções de contextualização. In RIBEIRO, Branca Telles & GARCEZ, Pedro M. (org). **Sociolinguística interacional**. 2 ed. Edições Loyola, São Paulo: 2002.

LEVINSON, S.C. Dêixis. In **Pragmática**. Trad. Luís Carlos Borges, Aníbal Mari. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

\_\_\_\_\_ Contextualizing “contextualization cues”. In Eerdmans. S.L. et al (Ed) **Language and interaction. Discussions with J.J. Gumperz.**

MARMORIDOU, S. Déixis. In **Pragmatic, Meaning and Cognition.** Amsterdam. J. Benjamins Publ. Co. 2000.

**MINAS GERAIS**, 02/07/2011 p.78. Imprensa Oficial Governo do Estado de Minas – Diário do Executivo e Legislativo - Disponível em:

<<http://jornal.iof.mg.gov.br/xmlui/handle/123456789/33964>>. Acesso em: 03/07/2011.

## ANEXO

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR  
51ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª  
LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 28/6/2011

A deputada Maria Tereza Lara

-Sr. Presidente, deputado José Henrique; deputado Rogério Correia, Líder do Bloco Minas sem Censura; demais deputadas e deputados desta Casa; muitos fatos, de que temos participado efetivamente, têm ocorrido nesta Casa. A nossa Comissão de Segurança Pública foi a Juiz de Fora para participar de um ciclo de debates sobre segurança na escola. Lá contamos com a presença de mais de mil pessoas em uma audiência presidida pelo deputado João Leite, junto aos deputados Bosco e André Quintão, além de deputados daquela região. Quero dizer, deputado João Leite, que V. Exa. teve uma atitude democrática diante da manifestação dos professores, no momento da greve, e soube escutá-los. Eles se manifestaram e depois permitiram a realização da audiência, o ciclo de debates, de maneira democrática, em alto nível. Quero, assim, cumprimentá-lo por sua atitude. Quero também registrar que os professores se manifestavam a favor da greve e solicitavam a reabertura das negociações, solicitação essa que tem sido feita também pelo deputado Rogério Correia, pelo deputado Bosco, como Presidente da Comissão de Educação, pelos movimentos e pelas assembleias. Queremos, de público, destacar a importância de uma solução para tais questões. Houve greve também em Betim, mas, felizmente, com a ajuda desta Casa, avançamos nas negociações, e o impasse foi resolvido.

Além disso, hoje, pela manhã, houve reunião das Comissões de Segurança Pública e de direitos Humanos, para discutirem questões apresentadas no processo que envolve o goleiro Bruno. O jogador está respondendo a processo por provável envolvimento com a esposa e com a companheira, com acusações sérias de sequestro e assassinato de uma pessoa. Vimos o importante papel das Comissões de Segurança Pública e de direitos Humanos, de propiciarem esclarecimentos e informações. O que mais queremos é que haja, verdadeiramente, justiça, transparência e verdade. Dessa maneira, contribuiremos para que a nossa sociedade possa construir uma cultura de paz. Mais uma vez, quero dizer que o deputado Durval Ângelo, nosso companheiro do Bloco Minas sem Censura, que preside a Comissão de direitos Humanos, e nós, convidados membros da Comissão de Segurança, ouvimos relatos extremamente graves sobre aspectos desse processo, cuja apuração tem de ser rigorosa. Não pode haver impunidade, e a verdade e a justiça devem prevalecer.

Esta Casa, deputado Rogério Correia, tem cumprido o papel de abrir as portas para a participação popular. Ela estabeleceu um planejamento para 2020. Fomos consultados, e assessores realizaram entrevistas conosco. Por sinal, os assessores desta Casa são assessores, técnicos e consultores de alto nível, comprometidos e competentes. Na ocasião, afirmamos que queríamos a radicalização da transparência e da participação popular. Só contribuiremos para que a verdadeira política - com "P" maiúsculo - possa ser efetivamente praticada neste país, se acreditarmos nela. Não podemos aceitar que as acusações contra os políticos sejam generalizadas, como se todo político fosse corrupto e toda a sua atividade fosse espaço de corrupção. Isso não é verdade. Há muitos políticos, muitos parlamentares, honestos e dedicados. São pessoas comprometidas com o projeto para a sociedade que queremos: um projeto de transformação social. Temos de unir-nos, para que, de fato, esta Casa continue dando sua contribuição para esse projeto e nela haja principalmente liberdade de expressão. Na democracia, o trabalho da imprensa séria, que narra os fatos, é fundamental, mas é imprescindível que haja liberdade de expressão. Sem isso, é a ditadura, o que nunca mais queremos que haja no País nem muito menos neste Estado. Então, devo dizer que precisamos lutar nesta Casa pela ampliação da democracia direta, pela autêntica participação popular e pela verdadeira liberdade de expressão.

O deputado Rogério Correia (em aparte)\*

- Deputada Maria Tereza Lara, quero cumprimentá-la por mais uma vez usar nossa tribuna para tratar de temas tão relevantes, em especial a questão da segurança pública. V. Exa., no início do pronunciamento, citou a reunião da Comissão de Segurança Pública e de direitos Humanos. Citou também a importância da abertura do processo democrático e o impacto que isso causa nas camadas sociais, no Brasil e no Estado de Minas Gerais. Em Minas Gerais, vivemos uma situação que o Bloco Minas sem Censura tem denunciado. Não foram poucas as vezes em que denunciamos que, em Minas, há uma espécie de Estado de exceção. Na maioria das vezes, o que acontece em Minas Gerais, se não interessar ao Governador, não se torna público. Portanto, exerce-se aqui uma espécie de blindagem ou mesmo de censura: a censura do poder central e econômico do governo do Estado. Aqui mesmo, na Assembleia Legislativa, apresentamos requerimentos importantes de nosso Bloco que nem sequer são postos em votação. Até hoje, por exemplo, estou esperando que se inclua na pauta requerimento que apresentei, em nome do Bloco, para saber a quantidade de recursos que a Rádio Arco-Íris, de propriedade do Senador Aécio Neves e de sua irmã, Andrea Neves, recebeu do Estado de Minas Gerais - do governo, portanto - desde 2003. A verdade é que não conseguimos sequer que esse requerimento seja posto em discussão nesta Casa, o que caracteriza a blindagem imposta pelo governo, no lugar da transparência necessária. Esse é um assunto que poderíamos usar como exemplo de prática própria de Estado de exceção.

Deputada Maria Tereza Lara, ainda falando das liberdades democráticas e políticas, daqui a pouco, a partir das 14h30min, terá início mais uma assembleia dos servidores públicos que estão em greve, em especial os trabalhadores das áreas da educação e da saúde, que hoje estão unificados. No caso da educação, os trabalhadores reclamam piso salarial legítimo, determinado por lei aprovada no Congresso Nacional. V. Exa., que é professora aposentada do Estado, sabe que há uma lei aprovada no Congresso Nacional que estabelece o piso salarial, mas alguns Governadores tentaram retirar-lhe o caráter de vencimento-base e atribuir-lhe o caráter de subsídio para chegar a remuneração maior, sem considerar o valor fixado como a base salarial. Ora, o Supremo julgou e deu o a palavra final de que a lei se refere ao vencimento-base, o que significa que um professor ou professora com ensino médio não podem receber menos de R\$1 .200,00 de salário básico. No caso de ter o professor ou professora o ensino superior, o sindicato reclama, corretamente, que o salário seja de R\$1 .500,00 aproximadamente. Não é nenhum absurdo que um professor requeira um salário de R\$1 .500,00 - que julgo até pequeno - como vencimento-base, tendo ele curso superior, para ministrar uma jornada de, no caso de Minas Gerais, 24 horas semanais. Em vez de reconhecer o direito dos professores de reivindicar esse piso, em vez de negociar com eles, o que o Governador tem feito é apenas protelar. A nosso pedido - e agradeço ao deputado Luiz Humberto, Líder do Governo, que possibilitou o encontro -, a Secretária de Educação reuniu-se com o Sind-UTE, mas apenas para informar que não negocia nada, a não ser depois que se publique o acórdão do STF. Ora, se a matéria já foi aprovada no Supremo, se já se sabe o valor do piso e se já está definida a jornada, por que não negociar com os professores? Por que esperar que o mês de junho vá embora e que venha o recesso de julho, com alunos sem aula e professores prejudicados? Não há razão de o governo agir de forma tão intransigente com os professores, que já estão em seu segundo ano consecutivo de greve pela mesma reivindicação: o estabelecimento do piso salarial.

Então, deputada, quero fazer coro com suas palavras, mas também quero fazer ao Governador Anastasia um apelo incisivo de que não protele sua decisão e chame os professores para a negociação, como o fez com os policiais militares. Se foi útil e correto negociar com a segurança pública, por que não o seria com o sistema educacional? A mesma coisa digo em relação à área da saúde, que nesta semana também entra em greve. Estão aqui vários companheiros da Funed, em que, há alguns dias, recebemos denúncia de haver corrupção; mas isso esta Casa também não permite apurar, embora, sobre o assunto já exista um requerimento apresentado pelo Bloco Minas sem Censura. Também a área da saúde se coloca agora em greve, mas o procedimento do governo é, da mesma forma, protelatório, como se a saúde e a educação não fizessem parte de suas prioridades. Talvez não façam, mesmo. Afinal de contas, em vez de investir 12% na saúde, investe apenas 7%; em vez de investir 35% na educação, como manda a Constituição, investe apenas 19%. Talvez esteja na ausência de prioridade por essas áreas a razão do procedimento do governo, mas prefiro acreditar que o Prof. Anastasia se sensibilizará e passará a ter um diálogo real, e não diálogo televisivo, em que se tenta

promover a desmoralização da luta desses servidores. Isso não! Até agora foi muito ruim a atitude do governo em relação à greve dos professores e, mais recentemente, à dos servidores da saúde. Claro que não podemos esquecer a segurança pública: a Polícia Civil também está paralisada desde maio. Parabéns, Deputada! Esperemos que o Governador tenha uma outra atitude. Muito obrigado.

A deputada Maria Tereza Lara

- Muito obrigada, deputado Rogério Correia, Líder do nosso Bloco Minas sem Censura. Sou professora aposentada e filiada ao Sind-UTE e gostaria de ressaltar que, de fato, a luta dessa categoria pelo piso salarial é justíssima. Na verdade, conquistamos todos os direitos com a nossa organização e com a luta dos nossos companheiros. Como já disse, em Juiz de Fora eles estiveram pedindo apoio e manifestando essa reivindicação justa e legítima, portanto esperamos que essa situação seja resolvida em poucos dias e que haja verdadeiramente um clima de diálogo, principalmente com intermediação desta Casa na negociação . O nosso Bloco Minas sem Censura permanentemente tem apoiado os movimentos sociais, e esse é o nosso papel. Aliás, já me fizeram hoje a seguinte pergunta: “Qual é a sua posição?”. Respondi-lhes que minha posição é a mesma do Bloco Minas sem Censura: apoiar os movimentos sociais e suas reivindicações.

Sr. Presidente, antes de encerrar, gostaria de dizer que amanhã faremos o lançamento da Frente Pró-Metrô BH, Betim e Contagem. O deputado Fred Costa tomou a iniciativa dessa frente, mas eu e o deputado Durval Ângelo solicitamos dele que essa frente fosse composta por BH, Betim e Contagem. Tivemos uma aceitação enorme do deputado Fred Costa e, portanto, convidamos todos os deputados e todos os que nos assistem pela TV Assembleia para que compareçam amanhã neste lançamento para unirmos forças nessa luta . Amanhã daremos mais informações sobre esse lançamento. Estamos esperançosos de que, com a união de forças dos Municípios e dos governos estadual e federal, brevemente teremos a ampliação do metrô de BH, chegando a Betim e passando por Contagem. Muito obrigada. Deputado Carlin Moura, contamos com sua presença lá amanhã.

\* - Sem revisão do orador. (Disponível no jornal MINAS GERAIS, 28/06/11)